Dívida Pública

CONTAS PÚBLICAS

Governo já cumpriu meta fiscal do ano

Objetivo do superávit primário para 2005 foi superado em R$ 3,7 bilhões já em setembro

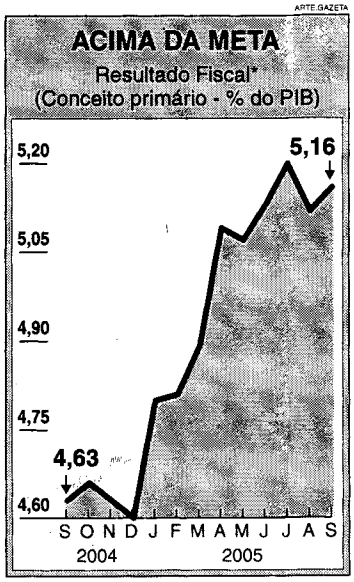
SILMARA COSSOLINO
BRASÍLIA

O governo conseguiu em nove meses cumprir a meta fiscal de superávit primário estabelecida para o ano. Entre janeiro e setembro, o superávit primário do setor público consolidado, que inclui as contas do Governo Central, de estados, de municípios e de suas respectivas empresas estatais, totalizou R$ 86,502 bilhões, o equivalente a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta estabelecida para o ano é de R$ 82,750 bilhões, equivalente a 4,25% do PIB. Com isso, a meta anual foi ultrapassada em R$ 3,7 bilhões. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central. No mês, o superávit foi de R$ 7,571 bilhões.

"Isso demonstra a seriedade com que o governo trata as contas fiscais. Esse resultado é fruto de um esforço fiscal de todas as esferas do governo", disse o chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

No entanto, ressaltou ser importante tomar cuidado ao analisar os números, o que não quer dizer que o governo poderá gastar a vontade. Isso por conta de que o último trimestre do ano costuma ser de sazonalidade forte. "O que se tem acumulado abre margem razoável no que diz respeito à meta estabelecida para o ano. Temos R$ 3,7 bilhões de margem, o que permite acumular um déficit mensal de R$ 1,2 bilhão ao mês. Mas sabemos que o mês de dezembro, em particular, é um mês em que os resultados são sempre deficitários", disse. Lopes destacou que o resultado de setembro contribuiu para a manutenção da estabilidade da dívida pública em relação ao PIB, que no mês, ficou em 51,4%.



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Em 12 meses

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit de R$ 2,930 bilhões, ao passo que os governos regionais e empresas estatais tiveram superávit de R$ 1,737 bilhão e de R$ 2,903 bilhões, respectivamente.

No acumulado dos últimos doze meses, o superávit primário passou de R$ 96,316 bilhões em agosto, para R$ 97,843 bilhões em setembro.

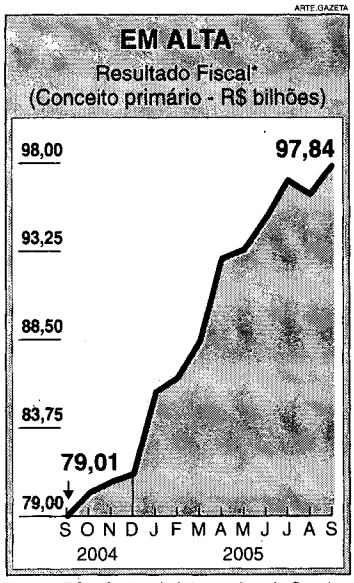
Ainda de acordo com o Banco Central, os gastos com juros do setor público alcançaram R$ 14,461 bilhões em setembro. Do resultado mensal, o Governo Central foi responsável pela apropriação de R$ 15,2 bilhões e os governos regionais e empresas estatais, por R$ 657 milhões e R$ 124 milhões, respectivamente. No ano, as despesas com juros nominais atingiram R$ 120,1 bilhões, o que equivale a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2004, o montante era de R$ 95,3 bilhões (7,4% do PIB). Nos últimos doze meses, o total alcançou R$ 153,1 bilhões (8,1% do PIB).

No ano, o déficit nominal atingiu R$ 33,647 bilhões (2,37% do PIB). Nos últimos doze meses, foram R$ 55,278 bilhões até setembro, ante R$ 53,842 bilhões registrados até agosto. O déficit nominal de setembro foi financiado pela expansão da dívida mobiliária em R$ 12,8 bilhões, contrapondo-se à redução da dívida bancária, de R$ 5,1 bilhões e da dívida externa, R$ 1,5 bilhão.

As necessidades de financiamento do setor público subiram para R$ 6,891 bilhões em setembro, ante R$ 3,238 bilhões em agosto. A estimativa do Banco Central é que a dívida líquida do setor público finalize o mês de outubro em 51,4% do Produto Interno Bruto, o mesmo patamar obtido em setembro. Para o final do ano, o BC continua trabalhando com a proporção de 51,5% do PIB.

Nos primeiros nove meses, o superávit primário totalizou R$ 86,502 bi. A meta estabelecida para o ano era de R$ 82,75 bi

Segundo o chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes, o resultado de setembro — quando a dívida alcançou R$ 973,5 bilhões, equivalente a 51,4% do PIB, — foi inferior ao que se tinha em dezembro de 2004, que era de 51,7%. "É ainda bastante inferior ao que se tinha em dezembro de 2003, de 57,2.%. Quer dizer, 5,8 pontos de percentagem inferior em dezembro de 2003", disse.



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Em 12 meses

Segundo Lopes, o esforço fiscal do governo no mês — de R$ 7,6 bilhões e de R$ 86,5 bilhões no acumulado — associado ao comportamento do câmbio, que apresentou apreciação cambial de 5,99% contribuiu para redução nominal da dívida em R$ 200 milhões. "Esse esforço que se faz é no sentido da manutenção da relação dívida PIB. É tudo o que se busca", afirmou.

O diretor do departamento de Comércio Exterior do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Humberto Barbato, por sua vez, disse não ver o lado positivo de o País cumprir a meta de superávit primário três meses antes do necessário. "Esse excesso de economia promove um grande atraso no País. O Brasil cria sim uma boa imagem, de que cumpre bem o dever de casa, e beneficia o setor financeiro, enquanto a indústria é prejudicada, os investimentos em infra-estrutura são adiados e não há geração de emprego."